

Declaração da Sociedade Civil Africana sobre a Parceria África - UE

CONTEXTO

Nós, membros de uma vasta aliança de organizações da sociedade civil e religiosas de toda a África, tomamos partido desta oportunidade para expressar as nossas preocupações e recomendações no âmbito da próxima Cimeira UE – UA.

A sociedade civil africana tem estado a seguir os recentes processos conduzidos pela UE incluindo o Grupo de Trabalho para a África Rural 2019 – Uma Agenda África-Europa para a Transformação Rural (TFRA), a Conferência Ministerial da Agricultura UA UE e a Estratégia com África proposta pela UE.

A sociedade civil africana participou dos processos de consulta em torno da TFRA, por um lado acolhendo favoravelmente aspectos progressivos tais como o reconhecimento de que a economia rural é o motor da redução da pobreza, a mudança de ênfase para a agricultura familiar, a enorme diversidade de África e a consequente necessidade de soluções específicas para o contexto, conduzidas localmente, e a adopção de uma abordagem de sistemas alimentares. Por outro lado, foram levantadas preocupações sobre a incapacidade de resposta às grandes questões que África enfrenta, principalmente a captura corporativa de sistemas alimentares, e os danos que isso está a causar ao nosso meio ambiente, nossos solos, terras e água, nossa biodiversidade, nossa nutrição e saúde.

Um ano depois, a Estratégia com África da UE para 2020 parece ter perdido totalmente o contacto com esta agenda, não conseguindo solucionar os sistemas agrícolas e alimentares, mas concentrando-se na criação de um ambiente propício para os interesses comerciais do sector privado de grande escala. Embora o objectivo declarado seja "construir um futuro mais próspero, mais pacífico e mais sustentável para todos", as cinco parcerias propostas em energia, digitalização, investimento interno, paz e migração estão amplamente omissas no que respeita às necessidades de >60% dos agregados familiares africanos que dependem da agricultura familiar e da produção de alimentos em pequena escala para o seu sustento.

Enquanto os pequenos agricultores, pastores, pescadores artesanais e comunidades florestais dominam a demografia da África rural, os espaços de formulação de políticas estão repletos de actores externos: filantropos, empresas, organizações de ajuda humanitária multilaterais e bilaterais. Como resultado, a maioria dos países em todo o continente foi induzida - muitas vezes por iniciativas do Norte com base em investimento privado e parcerias público-privadas - a subsidiar um modelo de desenvolvimento agrícola de monocultura de produtos, baseado em insumos externos, voltado para a exportação e a depender fortemente da cedência de terras para exploração de madeira, exploração de petróleo, gás e minerais para gerar divisas, muitas vezes sem ou apesar da avaliação de impacto ambiental. As taxas internas de retorno superam a verdadeira contabilização de custos, uma vez que os impactos sociais e ambientais são externalizados. As florestas tropicais de África, os segundos pulmões da terra, entregam as suas riquezas enquanto o preço do carbono florestal é negociado nas salas de reuniões do Banco Mundial e do FMI. A maior parte da expropriação envolve terras "comunais" de propriedade de camponeses, colocando os sistemas alimentares africanos em risco de colapso total. O relatório da FAO sobre segurança alimentar em África de 2020¹ constata que 256 milhões de pessoas continuam a passar fome em África, sendo as mulheres rurais - as principais produtoras de alimentos - as mais pobres e menos bem nutridas.²

¹ FAO, ECA e AUC. 2020. *Visão Regional da África sobre Segurança Alimentar e Nutrição 2019* <http://www.fao.org/3/ca7343en/CA7343EN.pdf>

² https://unstats.un.org/unsd/gender/downloads/WorldsWomen2015_chapter8_t.pdf

Em África a terra e a agricultura são vistas de forma diferente e não podem ser tratadas da mesma forma que na Europa. Para 60% dos africanos que dependem da agricultura para a sua subsistência, a terra não é nem uma mercadoria nem uma posse individual; é um presente de Deus e dos nossos ancestrais.³ Para os Africanos, a terra determina a nossa identidade como seres humanos, a nossa dignidade, o nosso sentido de pertença. Em África, a alimentação é um direito humano básico, não uma mercadoria nas mãos de uns poucos que determinam os preços por meio das suas indústrias alimentícias. A comida define a nossa cultura e herança: uma fonte de nutrição e saúde, um medicamento, um ritual, uma celebração.

Em África, como em grande parte do sul global, a agricultura⁴ é o alicerce da economia e fornece meios de subsistência e espaço vital para a maioria da sua população. A agricultura é um importante ponto de entrada para intervenções que podem potencialmente trazer uma série de benefícios, incluindo melhoria da segurança alimentar e nutricional, benefícios ambientais e resiliência às mudanças climáticas. A agricultura também desempenha um papel importante na coesão e cultura da comunidade. A forma como a agricultura é tratada por meio de políticas, financiamento e implementação tem um profundo impacto na economia, nos sistemas alimentares, na nutrição, na justiça social e no meio ambiente. Apelamos aos formuladores de políticas Europeus e Africanos que consagrem os seguintes imperativos no desenvolvimento da estratégia UE-UA:

- Garantir espaço para actores da sociedade civil dentro e fora dos espaços de tomada de decisão. Os actores da sociedade civil estão a lutar para ocupar o seu lugar de direito à mesa, enquanto outros possam optar por permanecer "de fora". Ambos devem também ser capazes de se fazer ouvir com liberdade e segurança, e de influenciar as decisões.
- Reconhecer, valorizar e apoiar o enorme potencial da agroecologia* de modo a aumentar de forma sustentável a segurança alimentar e a soberania alimentar, reduzindo a pobreza e a fome, conservando a biodiversidade e respeitando o conhecimento e a inovação indígenas. Isto requer uma mudança na forma como os programas de desenvolvimento são financiados, uma vez que a tendência mostra claramente que essa abordagem transformadora é em grande medida ignorada pelos financiadores públicos.⁵
- Reconhecer a agricultura familiar de pequena escala como um modelo estrutural viável para o desenvolvimento do sector agrícola.⁶
- Respeitar a Resolução 431 da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos sobre o Direito à Alimentação e Nutrição, que apela aos Estados para "Regular rigorosamente a importação de produtos alimentares estrangeiros, bem como a promoção e comercialização de alimentos industrializados e altamente processados."
- Acelerar a transformação para sistemas alimentares sustentáveis por meio de políticas de apoio e incentivos financeiros que protegem e melhoram o acesso dos produtores de alimentos à terra, sementes, água, crédito e mercados locais.
- Repensar urgentemente a abordagem ao desenvolvimento agrícola em África, reverter o apego aos sistemas agrícolas industriais e reenquadrar o foco num modelo holístico, sustentável e culturalmente apropriado.
- Redobrar esforços para apoiar a agenda de paz e segurança da União Africana e reduzir os conflitos violentos no continente, reconhecendo que muitas vezes as mulheres, as crianças e os jovens são os primeiros a sofrer.

³ <http://www.wcc-coe.org/wcc/what/jpc/echoes-16-05.html>

⁴ Neste documento, o termo 'agricultura' é usado para abarcar pastorícia, pesca, colheita selvagem, caça, uso comunitário e gestão de recursos naturais e ecossistemas (pântanos, florestas, savanas, etc.)

⁵ <https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2020/09/CIDSE-Agroecology-and-Finance-Briefing-Sept-2020-1.pdf>

⁶ R. Neudert & L. Voget-Kleschin. Quais os efeitos das aquisições de terra em grande escala na África em indicadores económicos e sociais seleccionados?

- Apoiar e desenvolver o conceito de sistemas alimentares territoriais⁷, descentralizando o acréscimo de valor, estimulando a economia rural, localizando a governança e fortalecendo as cadeias de valor onde hoje tanta comida é desperdiçada.
- Parar a comoditização dos recursos naturais de África, comprados e vendidos por corporações multinacionais e elites locais. As gerações futuras precisam de terras produtivas e solo vivo suficientes para nutrir e prover meios de subsistência para as suas famílias e descendentes, e manter a sua integridade cultural.
- Proteger e promover os direitos das mulheres à terra. Embora sejam reconhecidas como os principais contribuintes de mão-de-obra em sistemas agrícolas de pequena escala, as mulheres representam uma pequena fracção dos proprietários de terras agrícolas em toda a África. Deve-se garantir às mulheres uma voz de peso na governança fundiária e nas aquisições de terras em grande escala.
- Garantir que todas as aquisições de terras em grande escala sejam precedidas por uma avaliação de impacto ambiental, social e cultural transparente, e pelo consentimento prévio informado das comunidades indígenas e camponesas. As comunidades devem decidir o que acontece nas suas terras e têm o direito de dizer não!
- Promover o acesso dos jovens à terra, a fim de reduzir as ondas de migração e as disparidades de desemprego nos países Africanos.
- Avançar no sentido de adoptar um tratado da ONU juridicamente vinculativo a fim de garantir que as empresas transnacionais sejam totalmente responsáveis pelas suas violações de direitos humanos e crimes ambientais.⁸
- Trabalhar em conjunto - UE, UA e sociedade civil – de forma a garantir que a terra permaneça nas mãos dos seus legítimos usuários, e que a sua gestão respeite a natureza e reflita as necessidades e aspirações das comunidades que vivem da terra.



⁷ https://www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch_2016_Article_4_eng_Territorial%20Food%20Systems.pdf

⁸ <https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2020/02/CIDSE-Submission-Feb-28.pdf> Ver também RECOWA, 2020, Mensagem dos Bispos, Membros do 8º Conselho Permanente

As OSC europeias e internacionais apoiam esta declaração africana.

actalliance eu

CIDSE
together for global justice



Africa Europe Faith and Justice Network

*** Nota sobre Agroecologia**

A agroecologia é uma disciplina integrativa que reconhece a relação entre plantas, animais, humanos e o meio ambiente - a ecologia dos sistemas alimentares.⁹ O Centro de Conhecimento da Comissão Europeia sobre Segurança Alimentar e Nutricional Global¹⁰ reconhece que a agroecologia pode desempenhar um papel fundamental no aumento da resiliência e ilustra as interligações entre a agroecologia e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, citando os 13 princípios da agroecologia desenvolvidos pelo relatório HLPE 2019 sobre Agroecologia¹¹ e outras inovações. A agroecologia fornece um conjunto de princípios transformadores que os agricultores aplicam a qualquer escala para reiniciar o ecossistema da terra e fazê-lo funcionar de forma eficiente e autossuficiente.¹² O Painel de Especialistas de Alto Nível da UNCFs mostrou que as abordagens agroecológicas são superiores a outras em termos de segurança alimentar e nutricional.¹³ Uma análise¹⁴ de 50 estudos de caso de agroecologia na África¹⁵ mostrou a sua forte contribuição para cumprir a ambição dos ODS, com acréscimo de acesso a alimentos seguros e nutritivos, maior produtividade e renda, sistemas de produção sustentáveis e aumento da biodiversidade.

⁹ <https://afsafrica.org/wp-content/uploads/2019/07/know-agroecology-a-media-guide-for-journalists-and-communicators.pdf>

¹⁰ https://ec.europa.eu/knowledge4policy/sites/knowledge4policy/files/agroecology_brief_final_10102019.pdf

¹¹ <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>

¹² https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/EN_The_Principles_of_Agroecology_CIDSE_2018.pdf

¹³ <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>

¹⁴ <https://www.ileia.org/2016/09/22/agroecology-contributes-sustainable-development-goals/>

¹⁵ <https://afsafrica.org/case-studies-agroecology/>